

Aline Amoêdo Corrêa

"A construção da modernidade e o controle do não-trabalho na sociedade brasileira: uma análise comparada do Serviço de Recreação operária (SRO) e o Serviço Social do Comercio (SESC). "

Investiga-se as criações e os funcionamentos do Serviço de Recreação Operária (SRO), fundado em 1943, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, durante a gestão de Alexandre Marcondes Filho e do Serviço Social do Comércio (SESC), fundado em 1946 durante o governo Dutra -instituição privada de serviço social, mantida por empresários do Setor Terciário - com o objetivo de pensar a coordenação do lazer dos trabalhadores e de suas famílias.

Apesar de atentar para as perspectivas de controle e de manipulação do Regime, a análise avança, na medida em que não considera os operários como massa passiva e manipulável diante daquele que era visto como a expressão do poder dominante, o presidente Getúlio Vargas. A pesquisa ressalta, ainda, que as atividades organizadas pelos Serviços, mesmo que fortemente marcadas pela ideologia estadonovista (antes e depois), poderiam oferecer, à fração do operariado que as usufruía, a entrada em um universo de outros conhecimentos e linguagens que poderiam lhes dar chances de ampliar sua compreensão sobre o mundo e lhes fornecer mais instrumentos para nele se movimentar.

Neste estudo, não se acredita que a criação desses órgãos tenham sido resultado da inteligência de um único homem ou de uma única classe. Entende-se que seja uma resposta a demandas referidas a instâncias normativas nacionais e internacionais, que são: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, patronato industrial e comercial, Organização Internacional do Trabalho, Encíclica *Rerum Novarum* e movimento operário. Partindo do princípio que os discursos emitidos nessas instâncias e postos a circular eram reapropriados, modificados, fragmentados, substituídos e realocados, acredita-se que, nesse jogo de relações e de comunicações, formou-se um campo de presença que tornou possível a criação do SRO naquele momento histórico específico e do SESC no momento de democratização.

Suas emergências, portanto, são originais e referidas a contextos nos quais a questão do trabalho era central.

I – Apresentação

Uma das áreas de investigação que tem se desenvolvido sensivelmente nos últimos anos é aquela relacionada aos estudos do lazer e da recreação. Muito se tem

produzido¹ e diversas são as perspectivas teóricas que embasam pesquisas e discussões. Frigotto (1989), falando sobre Franklin Roosevelt, acentua tal perspectiva ao descrever que este associava freqüentemente o lazer a algo pernicioso na sociedade, chamando a atenção para o conceito ideológico de trabalho que vai se construindo dentro de uma perspectiva moralizante e utilitarista. De modo que, seria dentro de tal delimitação que a burguesia construiria suas propostas de educação para o trabalho.

Como resultado, variadas são as possibilidades de entendimento acerca da atuação nos momentos de lazer. Projetos de intervenção podem tomar diferentes formatos e uma de nossas grandes preocupações liga-se à relação que vem sendo estabelecida, no interior dessas iniciativas, entre trabalho, educação e lazer enquanto ocupação do tempo livre. Com base nesse debate e a partir do interesse inicial de compreender limites e contradições de projetos de intervenção de lazer destinados a classe trabalhadora urbana, decidimos investigar as experiências institucionais do Serviço de Recreação Operária (SRO) e do Serviço Social do Comércio (SESC), desenvolvidas nos anos 1940 na cidade do Rio de Janeiro, à época Distrito Federal.

As criações destas instituições ocorrem em contextos distintos, uma em meio ao Estado ditatorial varguista (SRO) e outra sob a égide do Estado redemocratizado pós Vargas (SESC). Ambas porém estão, Segundo Fausto (1994), no bojo do aprofundamento do modelo corporativista do Estado e do desenvolvimento de uma política econômica que favoreceu a industrialização, promovendo a liberação de fluxos populacionais do campo para a cidade.

A década de 30 assiste a modernização do Estado brasileiro, que aos poucos vai superando seu modelo agro-exportador para seu modelo industrial. Foi um momento que para além da crise mundial de 1929, faz o Brasil assistir a crise de hegemonia do grupo cafeeiro (FAUSTO, 1994). O crescimento da oferta de mão-de-obra aumentou a produção, ao mesmo tempo que demandou do Estado e do empresariado investimentos em serviços de assistência e “educação”. Tais serviços visavam à adequação dos

¹ Ver especialmente as produções de Victor Andrade de Melo, Edmundo Alves de Drummond Junior, Christianne Luce Gomes, Hélder Ferreira Isayama, Nelson Carvalho Marcellino, Antonio Carlos Bramante, Gisele Maria Schwartz e Heloisa Turini Bruhns.

trabalhadores às necessidades da produção, se constituindo assim, em mecanismos de apoio à aceleração do desenvolvimento capitalista.

O período pós-30 caracterizou-se pela perspectiva de controle e manipulação, da forte que se consolidou após o golpe de 1937 (ARAÚJO, 2004). Apesar do contexto ditatorial e das conseqüências desses aspectos sobre suas ações cotidianas, é possível destacar atividades desenvolvidas pelos trabalhadores sindicalizados neste período. Com o fim da II guerra, ocorre tentativa generalizada de implantação do chamado Estado de bem estar Social tanto nos países capitalistas centrais como nos periféricos (ARAÚJO, 2004). Nesse quadro, o papel das instituições sociais e assistenciais ganham importância como instrumentos de disciplinarização e enquadramento político das classes populares, marcando, assim, o “novo espírito social do capitalismo”.

O Serviço Social surge, no início dos anos 30, pela iniciativa de grupos e frações da classe dominante, que se expressavam através da Igreja, como um dos desdobramentos do apostolado leigo. De acordo com os preceitos religiosos estabelecidos pelas encíclicas papais “Rerum Novarum” e “Quadragesimo Anno” antes de ser um problema de ordem econômica-política era uma “questão moral e religiosa”, e era sob esse aspecto, basicamente, que ela deveria ser combatida. Impunha-se, então, uma ação organizativa e doutrinária com o objetivo de livrar o proletariado das influências da vanguarda socialista do movimento operário e harmonizar as classes em conflito a partir do comunitarismo cristão. Estes propósitos inspiraram à institucionalização do Serviço Social e sua legitimação pelo Estado na década seguinte, assim como a cooptação.

O Serviço de Recreação Operária (SRO), foi criado em 1943, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), durante a gestão de Alexandre Marcondes Filho, e teve Arnaldo Lopes Süsskind como seu primeiro presidente. Destinado a organizar o lazer dos trabalhadores e de suas famílias tinha o objetivo de “coordenar os meios de recreação da classe operária, prestando aos sindicatos assistência e colaboração”². Possibilitando aos trabalhadores sindicalizados e suas famílias o acesso a atividades culturais diferenciadas, tais como música, literatura, teatro, cinema, dança, excursões e esportes, o SRO lhes

² Portaria nº. 68, de 6 de dezembro de 1943. Publicada no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (BMTIC)*, nº. 113, de janeiro 1944.

proporcionava a entrada em um universo de outros saberes que, de certo modo, poderiam lhes dar novas chances de melhor compreender o mundo.

O objetivo era atrair os trabalhadores não apenas para os sindicatos, mas para a ideologia do trabalhismo, e podemos afirmar que no interior desse grande esforço é que o Serviço de Recreação Operária foi concebido. Na implantação desse projeto, uma importante medida foi a criação do imposto sindical em 1942³ que proveria de recursos financeiros as entidades representativas dos operários, a fim de oferecerem serviços de ordem jurídica, dentária e de lazer a seus associados.

Criado em 1946 por decreto governamental, o SESC – Serviço Social do Comércio – é mantido e administrado por empresários do Setor Terciário para prestar serviços a seus trabalhadores nas áreas de Saúde, Educação, Cultura e Lazer. A ênfase do SESC seria pela “paz social”, com práticas conciliatórias nos problemas relativos à questão social. Em nome da harmonia social, do desenvolvimento econômico, da colaboração entre as classes, e através da “obra educativa” via instituições de serviço social, procurou-se repolitizar e disciplinar a classe trabalhadora.

Tratava-se de uma assistência patrocinada pelo Estado, pela Igreja e pelo empresariado, direcionada para o mundo do trabalho. Como boa parte da mão de obra da indústria vinha do campo, era necessário treinar esta, adaptando-a ao espaço e tempo urbano, novos hábitos e novos costumes que incluíam alimentação, educação e atividades relacionadas ao tempo livre. Fazia-se necessário investir em caminhos que garantissem a manutenção da ordem momentaneamente ameaçada com o fim do Estado Novo. Tais caminhos se dirigiam para a assistência social.

II – Discussão Bibliográfica

³ Decreto-Lei nº. 2.377, de 8 de julho de 1940. (VIANNA, 1999)

Hoje no Brasil, o desenvolvimento de pesquisas com o foco nas práticas de lazer para ocupação do tempo livre do trabalhador e às suas relações com a sociedade tem conquistado áreas de estudos no campo da Educação Física, mais sobretudo nas Ciências Sociais.

De acordo com Ângela de Castro Gomes, o processo de constituição da classe trabalhadora no Brasil como ator político “implica em lidarmos com a questão da construção do conceito de cidadania e mais particularmente, com a questão da extensão de cidadania aos setores populares”⁴. De acordo com a autora, o processo pelo qual a classe trabalhadora se configurou como ator político foi fruto de um projeto articulado e implementado pelo Estado, projeto este que a autora chama de “trabalhismo brasileiro”. Com efeito, bem tais idéias de Gomes (1994), consideramos relevantes as idéias de Ângela Bretas (2007) no contexto sobre o serviço de recreação operária.

O controle da classe trabalhadora urbana, a manutenção e reprodução da dominação de classe exigiam simultaneamente a interiorização e a aceitação desse controle, a constante recriação e inculcação de formas mistificadas que obcurecessem e encobrissem a dominação e exploração.

Os pesquisadores vêm buscando entender as propostas do empresariado e do Estado no que se refere às relações trabalho-lazer. Neste sentido, poderíamos destacar os trabalhos de Rodrigues (1992 e 1998), além de Bittencourt (1991), Figueiredo (1991) e Escobar (1982), que analisa a busca de uma alternativa do serviço social as relações de dominação, concebendo a relação de igualdade em um tempo de lazer. As análises de Arnaldo Süssekind (1946), fazem-se também presente em nossa discussão, já que cremos ser uma síntese de todos os discursos emitidos sobre os usos do tempo de recreio dos trabalhadores, bem como uma reunião de todos os objetivos relativos à constituição do cidadão-trabalhador e a seu enquadramento moral.

No âmbito da questão da construção de um contra discurso, ou seja, um discurso que faça crítica à essencialidade dos direitos, à representação dos aparelhos do Estado como instâncias máximas na solução dos problemas coletivos, fundamental lembrar serem esses processos de construção de uma nova cultura, desafios que supõem a certeza

⁴ Gomes, A.C. A invenção do trabalhismo. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 6-7

de que uma “nova cultura” não se gesta no vazio e nem implica apenas dimensões propriamente políticas, mas se constrói a partir da cultura pré existente (CANCLINI, 1997), da superação de seus elementos retrógrados, reafirmação e atualização de seus componentes inovadores, visando alçar-se a uma concepção universal de homem. A representação da soberania coletiva por intermédio da figura do “Estado fora e acima das classes” é a representação moderna da autoridade, cujo poder é sempre coercitivo mesmo quando consensual. Como ressalta Marilena Chauí, “cumpre-nos encontramos as brechas por onde passar o contradiscurso e a contra prática que define a crítica.

Realizando a discussão do foco trabalho-lazer a partir das perspectivas sobre a ação controladora do tempo livre oferecido aos trabalhadores, julgamos pertinente uma revisão literária da bibliografia que diz respeito a esta questão, enquanto controle do não trabalho. Neste sentido, destacamos os trabalhos de Russel (2001) e Melo (2003).

III – Objetivos e hipóteses

A criação do SRO ocorreu, como vimos, em plena vigência de um período de exceção, entretanto não operamos com a visão de que entre Vargas e o povo brasileiro a relação de dominação fosse completa, ou que fosse direta e linear, no sentido de o presidente ser a expressão do dominante e o povo, uma massa dominada, passível de manipulação e submetida a um poder absoluto. O operariado não estaria condenado a “ideologia da outorga”⁵.

De acordo com o conceito de tática desenvolvido por Certeau (2006), acreditamos que há sempre uma margem para movimentos de oposição, de resistência e de re-significação de ordens de valores, o que nos faz supor que, em relações tensas, há espaços para transformações e movimentos daqueles que se pretende dominar. Portanto, não há garantias de que os objetivos do SRO e do SESC, ao abrir a possibilidade da vivência de atividades culturais e desportivas, fossem os mesmos dos operários ao fruí-las.

⁵ A “ideologia da outorga”: denominada por Luis Werneck Viana, teria como uma de suas principais implicações a “supressão” da memória das classes subalternas, que apareceriam como impotentes e incapazes de reivindicar seus direitos elementares por si sós.

Situando as reflexões de Thompson (2004), é possível pensarmos que entre a imposição de um produto e a maneira de empregá-lo, existe uma distância que é preenchida pelas práticas cotidianas dos usuários que se reapropriam do que lhes é imposto/oferecido em seu próprio benefício, segundo suas próprias leis e de acordo com suas próprias regras. Daí que a mudança da ordem lúdica pretendida pelo Regime não estava assegurada em sua imposição.

Entre essas práticas e os discursos, não há uma relação de causa e efeito ou de determinação recíproca. No que se refere à criação do SRO e do SESC, é possível perceber que há uma fina e requintada elaboração dos argumentos ideológicos e das inúmeras forças em disputa, o que criou condições para a existência dos Serviços naqueles períodos, atendendo àquelas necessidades, concretizando aqueles discursos específicos.

Procuramos analisar o SRO e o SESC como resultados de um jogo de relações entre acontecimentos dispersos, ou, em termos foucaultianos, como uma dispersão de enunciados. Buscando investigar suas coexistências e suas convergências, consideraremos suas irrupções e suas transformações.

Objetiva-se, aqui, portanto, estudar as metamorfoses, que nortearam a ação do SRO e do SESC enquanto instituições destinadas ao lazer dos trabalhadores, tendo em vista a análise da década de 40 em dois momentos: até 1945, marcado pela ditadura varguista e pós 1945 sinalizado pela eleição de Dutra e pela abertura política do país. Além disso, podemos ver o período como marcado pelo adesamento do processo de industrialização e pelo conseqüente acirramento da chamada “questão social” (GOMES,1994), sobretudo observando como, pressionados pelos movimentos sindicais, Estado e empresários optam em investir em programas de assistência e bem estar social para a classe trabalhadora com a intenção de criar mecanismos de controle mais sutis, capazes de “adaptar” e “ajustar” o contingente de mão-de-obra às novas relações de trabalho. Pensando em Figueiredo (1991: p. 121):

“a educação social foi considerada o ideal pelos serviços sociais para inculcar novos hábitos e costumes, educar para o trabalho, transmitir as

noções de disciplina, método, paciência, necessários para o trabalho nos centros urbanos, tanto através do ensino formal como informal”

Dessa forma, reunindo e correlacionando enunciados dispersos relativos às questões do tempo de trabalho e do aproveitamento das horas de recreio, concluímos que o SRO e o SESC, além dos objetivos claramente explicitados na Portaria de sua criação, podem ter cinco intenções: a) estimular a sindicalização; b) integrar o conjunto de realizações que possibilitam a concretização do discurso político da época acerca da preocupação do Estado com aspectos da vida do trabalhador, situados para além da proteção das leis trabalhistas e do amparo da previdência social; c) controlar e disciplinar o tempo livre do operário de modo a promover uma mudança em seus costumes lúdicos; d) sistematizar uma experiência de educação não-formal do trabalhador e elevar seu nível cultural; e) recuperar a energia física e mental do operário de modo a prevenir os efeitos da fadiga.

IV – Metodologia e Fontes

Desta maneira, estabelecendo uma análise comparada com abordagens que apresentam sistemática e substantivamente o SRO e o SESC enquanto manifestação de ações políticas coletivas populares, ou seja, como manifestações de conformismo, da aceitação de uma opressão silenciada, direcionaremos nossa reflexão para as instâncias como as das resistências, mostrando que o Estado não vinha atuando sobre uma tabula rasa⁶.

Para concretizarmos estas intenções de pesquisa, pretendemos lançar mão da comparação como método investigativo. Assim, pensamos nas idéias da História comparada, ou seja, aquela que compreende que “comparar em História significa discutir dois ou mais fenômenos históricos sistematicamente” (KOCKA, 2003, p. 39). E é o número reduzido de objetos envolvidos na comparação que vai nos permitir tratá-los com a devida profundidade.

⁶ Tal reflexão foi proposta por Ângela de Castro Gomes em : Gomes, A.C. *A invenção do trabalhismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

Lançaremos mão, também, das concepções de Marcel Detienne (2000), o qual consideramos um autor fundamental para projetos respaldados por análises comparadas. Isto porque, o autor trabalha com a desconstrução de hierarquias culturais e visões etnocêntricas, viabilizando "comparar o incomparável". Ele nos permitirá a direção para reflexões em que possamos considerar que uma sociedade é formada por uma complexidade infinita de elementos, própria da dinâmica das relações e práticas pelas quais os homens se articulam, produzindo múltiplas combinações e ações sociais; reconhecer que há diversas redes de imbricações, não necessariamente lineares, causais e evolutivas, que têm mais condições de serem percebidas ao se tornarem objeto de comparação.

Em suma, trata-se de um projeto de comparação envolvendo teses e dissertações acerca do tema, analisando de que maneira tais produções conceberam as relações entre Estado, empresariado e trabalhadores na perspectiva das instituições sociais. O conjunto documental tratado será composto por: artigos publicados no *Boletim* do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, na revista *Cultura Política*, no *Jornal do Brasil*, palestras de Marcondes Filho, discursos de Vargas, relatórios da Associação Comercial do Rio de Janeiro e primeiro Relatório do Serviço de Recreação Operária. Ainda pretendemos recorrer aos arquivos do SESC, sabendo-se que todas as unidades dispõem necessariamente de regulamento e relatórios internos de quando de suas fundações.

Desse modo, a relevância desta pesquisa, está em buscar indícios que levem a perceber as nuances nos vínculos entre Estado, empresários e trabalhadores, mudando o foco da análise, para “superar a limitação comum encontrada nos estudos sobre as concepções pedagógicas da burguesia e a ausência de uma análise histórica do processo de construção dessas concepções” (RODRIGUES, 1998, P.8), que podem ao nosso ver, serem conflituosas e desiguais que comportam um movimento resultante de resistências e reações dos personagens envolvidos.

VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. *A era Vargas*. 2ed. reform. São Paulo: Moderna, 2004.

BITTENCOURT, M.F.L. *Contribuição ao Estudo da Formação Profissional na escola: SENAI 1975 – 1980*. Campinas, FE-UNICAMP. (Tese de Doutorado), 1991.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CANCLINI, Nestor . *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização – Rio de Janeiro*, Editora UFRJ, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

ESCOBAR, G.C.I. *Em busca de uma alternativa do serviço social às relações de dominação: relação de igualdade em um tempo de lazer*. Rio de Janeiro, 1982, 209 p. Dissertação (Mestrado). Escola de Serviço Social, UFRJ.

FAUSTO. B. *A revolução de 30*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

FIGUEIREDO, M.B. *A criação do SESI/SESC: do enquadramento da preguiça a produtividade do ócio*. São Paulo, 1991, 210 p. Dissertação (Mestrado), Departamento de História, USP.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo, Cortez, 1995.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 7ª ed, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.

HOBBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

KOCKA, Jürgen. *Comparison and beyond. History and theory*. n. 42, feb. 2003. p. 39-44.

MELO, Victor Andrade de, ALVES Jr., Edmundo de Drummond. *Introdução ao lazer*. Barueri, São Paulo: Manole, 2003.

NOSELLA, Paolo. *O compromisso político como horizonte da competência técnica*. Educação & Sociedade, São Paulo, Cortez, nº 14, 1983.

RODRIGUES, José. *O moderno Príncipe Industrial: o pensamento da Confederação Nacional da Indústria*. Campinas: Autores Associados, 1998.

RUSSEL, Bertrand. O elogio do lazer. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (org.). *O lúdico na cultura solidária*. São Paulo: HUCITEC, 2001.

SANTOS, Angela Brêtas Gomes dos. “*Nem só de pão vive o homem*”: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945). 2007. 318 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SESC/DN. *Convenções nacionais dos técnicos*. Rio de Janeiro, 1972, 76p.

SESC/AARJ. *Memória do SESC*. Rio de Janeiro, 1994. 181f.

SOUZA, Elizabeth Gonçalves de. *SESC em três tempos*. 1997. 209 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro (Niterói), 1997.

SÜSSEKIND, Arnaldo Lopes. *Trabalho e Recreação – fundamentos, organização e realizações do SRO*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1946.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.